

para movimento da conta bancária do IGFSS, IP referente à Direcção de Gestão de Imóveis Norte,

3 — A presente delegação de competências produz efeitos a 4 de Janeiro de 2010 e vigora pelo período de vacatura do cargo de Director da Direcção de Gestão de Imóveis Norte do Departamento de Património Imobiliário do IGFSS, I. P.

31 de Dezembro de 2009. — O Conselho Directivo: *José Augusto Antunes Gaspar — Nelson da Silva Ferreira — Joaquina Maria Franco e Noémia Silva Goulart.*

202804539

MINISTÉRIO DA SAÚDE

Administração Regional de Saúde do Centro, I. P.

Declaração de rectificação n.º 116/2010

Por ter havido lapso na redacção do aviso n.º 557/2010, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 5, de 8 de Janeiro de 2010, a pp. 934 e 935, procede-se à sua republicação, mantendo-se válidas as candidaturas entretanto apresentadas.

15 de Janeiro de 2010. — O Presidente do Conselho Directivo, *João Pedro Pimentel.*

«Aviso n.º 557/2010

Procedimento concursal para ocupação de oito postos de trabalho da categoria de técnico de 2.ª classe de fisioterapia da carreira de técnico de diagnóstico e terapêutica, na modalidade de contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado.

1 — Ao abrigo do Decreto-Lei n.º 564/99, de 21 de Dezembro, da Portaria n.º 721/2000, de 5 de Setembro, da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de Fevereiro, do despacho do Secretário de Estado da Administração Pública n.º 1335/2009/SEAP, de 12 de Outubro, sobre o qual o Ministro de Estado e das Finanças exarou despacho de concordância, com o n.º 748/09/MEF, de 14 de Outubro, e do Código do Procedimento Administrativo, faz-se público que, por deliberação de 17 de Dezembro de 2009 do conselho directivo da Administração Regional de Saúde do Centro, I. P., se encontra aberto, pelo prazo de 20 dias úteis a contar da data da publicação do presente aviso no *Diário da República*, concurso para ocupação de oito postos de trabalho na categoria de técnico de 2.ª classe de fisioterapia da carreira (não revista) de técnico de diagnóstico e terapêutica, dos agrupamentos dos centros de saúde abaixo discriminados, pertencentes à ARS Centro, I. P., com vista à celebração de contratos de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado cuja remuneração corresponderá à referida no mapa III do Decreto-Lei n.º 564/99, de 21 de Dezembro, sendo as condições de trabalho e regalias sociais as genericamente vigentes para os trabalhadores da Administração Pública.

2 — Validade do concurso — o concurso é válido para a ocupação dos postos de trabalho referidos, caducando com o seu preenchimento.

3 — Conteúdo funcional: o conteúdo funcional dos lugares a prover é o descrito na alínea g) do n.º 1 do artigo 5.º do Decreto-Lei n.º 564/99, de 21 de Dezembro, bem como o descrito no artigo 6.º e no n.º 1 do artigo 7.º deste último normativo.

4 — Locais de trabalho:

Agrupamento de Centros de Saúde do Baixo Vouga I — um posto de trabalho;

Agrupamento de Centros de Saúde do Baixo Vouga II — um posto de trabalho;

Agrupamento de Centros de Saúde do Baixo Vouga III — um posto de trabalho;

Agrupamento de Centros de Saúde do Baixo Mondego III — dois postos de trabalho;

Agrupamento de Centros de Saúde do Pinhal Litoral II — um posto de trabalho;

Agrupamento de Centros de Saúde do Pinhal Interior Norte II — um posto de trabalho;

Agrupamento de Centros de Saúde do Dão Lafões II — um posto de trabalho.

5 — Requisitos de admissão a concurso:

5.1 — Requisitos gerais:

a) Ter nacionalidade portuguesa, salvo nos casos exceptuados por lei especial ou convenção internacional;

b) Ter 18 anos completos;

c) Possuir as habilitações profissionais legalmente exigíveis para o desempenho do cargo a prover;

d) Ter cumprido os deveres militares ou de serviço cívico, quando obrigatório;

e) Não estar inibido do exercício de funções públicas ou interdito para o exercício das funções a que se candidata;

f) Ser física e mentalmente saudável e ter cumprido as leis de vacinação obrigatória.

5.2 — Requisitos especiais: estar habilitado com o curso superior de fisioterapeuta ministrado nas escolas superiores de tecnologia da saúde, ou outro legalmente reconhecido, em conformidade com a alínea a) e a alínea c) do artigo 14.º do Decreto-Lei n.º 564/99, de 21 de Dezembro.

5.3 — Ser titular de uma relação jurídica de emprego público previamente estabelecida, por tempo indeterminado, determinado, ou determinável, no âmbito do Ministério da Saúde, nos termos do n.º 6 do artigo 6.º da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de Fevereiro, e do despacho do Secretário de Estado da Administração Pública n.º 1335/2009/SEAP, de 12 de Outubro, sobre o qual o Ministro de Estado e das Finanças exarou despacho de concordância, com o n.º 748/09/MEF, de 14 de Outubro, que autorizou, a título excepcional, à ARS do Centro, I. P., proceder ao recrutamento de técnicos da carreira de técnico de diagnóstico e terapêutica em diversas profissões, tendo em vista a celebração de contratos de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado.

6 — Métodos de selecção — avaliação curricular, complementada com entrevista profissional de selecção, em conformidade com o estabelecido no corpo do artigo 14.º e no artigo 55.º, ambos do Decreto-Lei n.º 564/99, de 21 de Dezembro, e no artigo 2.º da Portaria 721/2000, de 5 de Setembro.

6.1 — Sistema de classificação final — de acordo com os n.ºs 1, 2, 3, 5 e 6 do artigo 59.º do Decreto-Lei n.º 564/99, de 21 de Dezembro.

6.2 — Os critérios de apreciação, ponderação e valorização dos factores da avaliação curricular e da entrevista profissional de selecção, bem como o sistema de classificação final, incluindo a respectiva fórmula classificativa, constam de acta de reuniões do júri do concurso, sendo a mesma facultada aos candidatos sempre que solicitada.

7 — Formalização das candidaturas:

7.1 — As candidaturas deverão ser formalizadas mediante a apresentação de requerimento dirigido ao Presidente do Conselho Directivo da Administração Regional de Saúde do Centro, IP, podendo ser entregue directamente nas instalações da ARS do Centro, I. P., (Secção de Expediente e Arquivo) sitas na Alameda de Júlio Henriques, sem número, 3001-553 Coimbra, nos períodos compreendidos entre as 9 e as 12 e as 14 e as 16 horas e 30 minutos, até ao último dia do prazo estabelecido neste aviso, ou remetido pelo correio para a mesma morada, considerando-se, neste caso, apresentado dentro do prazo, se o mesmo tiver sido expedido até ao termo do prazo fixado neste aviso.

7.2 — Do requerimento devem constar os seguintes elementos:

a) Identificação completa (nome, filiação, naturalidade, data de nascimento, número e data do bilhete de identidade e serviço de identificação que o emitiu, residência, código postal e telefone);

b) Categoria profissional e estabelecimento ou serviço a que o candidato se encontre vinculado;

c) Pedido para ser admitido a concurso e identificação do mesmo, mediante referência ao número, série e data do *Diário da República* onde se encontra publicado o respectivo aviso;

d) Habilitações literárias e profissionais;

e) Menção do número de documentos que acompanham o requerimento e sua identificação;

f) Endereço para onde deve ser remetido qualquer expediente relativo ao concurso.

7.3 — O requerimento deve ser acompanhado, sob pena de exclusão, da seguinte documentação:

a) Certidão, passada pelo serviço a que o candidato pertence, donde conste a modalidade de contrato em funções públicas em que se encontra (por tempo indeterminado, determinado ou determinável), bem como do tempo de serviço prestado em instituições, no âmbito do Ministério da Saúde.

b) Certificado comprovativo da posse do curso de Fisioterapeuta, ministrado nas escolas superiores de tecnologia da saúde, ou seu equivalente legal, com a respectiva nota final, ou fotocópia do mesmo;

c) Três exemplares do *curriculum vitae*, devidamente datado e assinado, de que constem os elementos, documentalmente comprovados, necessários à avaliação curricular, em conformidade com o anexo I à Portaria n.º 721/2000, de 5 de Setembro.

d) Os candidatos pertencentes aos diversos serviços da ARS do Centro, I. P., são dispensados da apresentação dos documentos comprovativos dos requisitos cujo preenchimento é exigido neste aviso,

desde que os mesmos constem dos respectivos processos individuais, devendo referir o facto no requerimento.

8 — Não é exigida a apresentação dos documentos comprovativos dos requisitos gerais referidos nas alíneas a), b), d), e) e f) do n.º 5.1 do presente aviso, desde que o candidato declare, sob compromisso de honra, no requerimento, em alíneas separadas, da situação em que se encontra relativamente a cada um desses requisitos.

9 — As falsas declarações ou a apresentação de documento falso são punidas nos termos da legislação aplicável.

10 — Os documentos cuja entrega é dispensada nos termos do n.º 8 deste aviso será exigida aquando da organização do processo de provimento.

11 — A notificação e a publicidade aos candidatos da relação de candidatos admitidos e excluídos e de classificação final do concurso obedecerão, conforme os casos, aos procedimentos previstos nos artigos 51.º, n.º 2, 52.º, n.º 2, e 62.º, n.º 1, do Decreto-Lei n.º 564/99, de 21 de Dezembro. Se, e quando houver lugar à afixação da relação de candidatos admitidos e, ou à lista de classificação final, serão as mesmas afixadas nas instalações da Administração Regional de Saúde do Centro, I. P., Avenida de Fernão de Magalhães, 481, 2.º, Coimbra.

12 — O júri terá a seguinte composição:

Presidente — Célia Cláudia Lourenço Rodrigues, técnica principal de fisioterapia do Centro de Saúde de Mangualde do ACES do Dão Lafões III.

Vogais efectivos:

Paulo Jorge Cordeiro Gomes Pereira, técnico principal de fisioterapia do Centro de Saúde de Viseu III do ACES do Dão Lafões I, que substituirá a presidente nas suas faltas e impedimentos.

Francisco Manuel Esperança Dias Monteiro Vaz, técnico de 1.ª classe de fisioterapia do Centro de Saúde de Viseu I do ACES do Dão Lafões II.

Vogais suplentes:

Irene Maria Antunes Alves Dias, técnica de 2.ª classe de fisioterapia do Centro de Saúde do Carregal do Sal do ACES do Dão Lafões III.

Pedro Manuel Marques Dias Casaquinha, técnico de 2.ª classe de fisioterapia do Centro de Saúde de Viseu I do ACES do Dão Lafões I.

30 de Dezembro de 2009. — O Presidente do Conselho Directivo, João Pedro Pimentel.»

202805113

Declaração de rectificação n.º 117/2010

Por ter havido lapso na redacção do aviso n.º 554/2010, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 5, de 8 de Janeiro de 2010, a pp. 931 a 932, procede-se à sua republicação, mantendo-se válidas as candidaturas entretanto apresentadas.

15 de Janeiro de 2010. — O Presidente do Conselho Directivo, João Pedro Pimentel.

«Aviso n.º 554/2010

Procedimento concursal para ocupação de dois postos de trabalho da categoria de Técnico de 2.ª Classe de Higiene Oral da Carreira de Técnico de Diagnóstico e Terapêutica, na modalidade de contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado.

1. Ao abrigo do Dec-Lei n.º 564/99, de 21/12, Portaria n.º 721/2000, de 05/09, da Lei n.º 12-A/2008, de 27-02, do despacho do Senhor Secretário de Estado da Administração Pública n.º 1335/2009/SEAP, de 12 de Outubro, sobre o qual o Senhor Ministro de Estado e das Finanças exarou despacho de concordância, com o n.º 748/09/MEF, de 14 de Outubro e do Código do Procedimento Administrativo, faz-se público que, por deliberação de 17.12.2009 do Conselho Directivo da Administração Regional de Saúde do Centro, I.P. se encontra aberto, pelo prazo de 20 dias úteis a contar da data da publicação do presente aviso no *Diário da República*, concurso para ocupação de dois postos de trabalho da categoria de Técnico de 2.ª Classe de Higiene Oral da Carreira (não revista) de Técnico de Diagnóstico e Terapêutica, dos agrupamentos dos centros de saúde abaixo discriminados, pertencentes à ARS Centro, IP, com vista à celebração de contratos de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado cuja remuneração corresponderá à referida no Mapa III do Dec-Lei n.º 564/99, de 21/12, sendo as condições de trabalho e regalias sociais as genericamente vigentes para os trabalhadores da Administração Pública.

2 — Validade do concurso: O concurso é válido para a ocupação dos postos de trabalho referidos, caducando com o seu preenchimento.

3. — Conteúdo funcional: O conteúdo funcional do lugar a prover é o descrito na alínea h) do n.º 1 do art.º 5.º do Dec-Lei n.º 564/99, de 21/12, bem como o descrito no art.º 6.º e n.º 1 do art.º 7.º deste último normativo.

4 — Locais de trabalho:

Agrupamento de Centros de Saúde do Baixo Vouga II: Um posto de trabalho.

Agrupamento de Centros de Saúde da Cova da Beira: Um posto de trabalho.

5 — Requisitos de admissão a concurso

5.1 — Requisitos Gerais:

a) Ter nacionalidade portuguesa, salvo nos casos exceptuados por lei especial ou convenção internacional;

b) Ter 18 anos completos;

c) Possuir as habilitações profissionais legalmente exigíveis para o desempenho do cargo a prover;

d) Ter cumprido os deveres militares ou de serviço cívico, quando obrigatório;

e) Não estar inibido do exercício de funções públicas ou interdito para o exercício das funções a que se candidata;

f) Ser física e mentalmente saudável e ter cumprido as leis de vacinação obrigatória.

5.2 — Requisitos especiais: Estar habilitado com o curso superior de Técnico Higienista Oral, ministrado nas escolas superiores de tecnologia da saúde, ou outro legalmente reconhecido, em conformidade com a alínea a) e a alínea c) do art.º 14.º do Dec-Lei n.º 564/99, de 21/12.

5.3 — Ser titular de uma relação jurídica de emprego público previamente estabelecida, por tempo indeterminado, determinado, ou determinável, no âmbito do Ministério da Saúde, nos termos do n.º 6 do art.º 6.º da Lei n.º 12-A/2008, de 27/02 e do Despacho do Senhor Secretário de Estado da Administração Pública n.º 1335/2009/SEAP, de 12/10, sobre o qual o Senhor Ministro de Estado e das Finanças exarou despacho de concordância, com o n.º 748/09/MEF, de 14/10, que autorizou, a título excepcional, à ARS do Centro, IP, proceder ao recrutamento de técnicos da carreira de técnico de diagnóstico e terapêutica em diversas profissões, tendo em vista a celebração de contratos de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado.

6 — Métodos de selecção — Avaliação curricular, complementada com entrevista profissional de selecção, em conformidade com o estabelecido no corpo do art.º 14.º e no art.º 55.º, ambos do Dec-Lei n.º 564/99, de 21/12 e no art.º 2.º da Portaria 721/2000, de 05/09.

6.1 — Sistema de classificação final — De acordo com os n.ºs 1, 2, 3, 5 e 6 do art.º 59.º do Dec-Lei n.º 564/99, de 21/12.

6.2 — Os critérios de apreciação, ponderação e valorização dos factores da avaliação curricular e da entrevista profissional de selecção, bem como o sistema de classificação final, incluindo a respectiva fórmula classificativa, constam de acta de reuniões do júri do concurso, sendo a mesma facultada aos candidatos sempre que solicitada.

7 — Formalização das candidaturas:

7.1 — As candidaturas deverão ser formalizadas mediante a apresentação de requerimento dirigido ao Presidente do Conselho Directivo da Administração Regional de Saúde do Centro, IP, podendo ser entregue directamente nas instalações da ARS do Centro, IP, (Secção de Expediente e Arquivo) sitas na Alameda Júlio Henriques, s/n 3001-553 Coimbra, nos períodos compreendidos entre as 09H00 e as 12H00 e as 14H00 e as 16H30, até ao último dia do prazo estabelecido neste aviso, ou remetido pelo correio para a mesma morada, considerando-se, neste caso, apresentado dentro do prazo, se o mesmo tiver sido expedido até ao termo do prazo fixado neste aviso.

7.2 — Do requerimento devem constar os seguintes elementos:

a) Identificação completa (nome, filiação, naturalidade, data de nascimento, número e data do Bilhete de Identidade e Serviço de Identificação que o emitiu, residência, código postal e telefone);

b) Categoria profissional e estabelecimento ou serviço a que o candidato se encontre vinculado;

c) Pedido para ser admitido a concurso e identificação do mesmo, mediante referência ao número, série e data do *Diário da República* onde se encontra publicado o respectivo aviso;

d) Habilitações literárias e profissionais;

e) Menção do número de documentos que acompanham o requerimento e sua identificação.

f) Endereço para onde deve ser remetido qualquer expediente relativo ao concurso.

7.3 — O requerimento deve ser acompanhado, sob pena de exclusão, da seguinte documentação:

a) Certidão, passada pelo serviço a que o candidato pertence, donde conste a modalidade de contrato em funções públicas em que se